



# RETRIBUIÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA

*Síntese*

*12 de novembro de 2019*

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete de Estratégia e Planeamento

## 1. Enquadramento macroeconómico e mercado de trabalho

O crescimento do *Produto Interno Bruto a preços de mercado* (PIBpm) alcançou, em 2018, os 2,4%<sup>1</sup>, registando um ligeiro abrandamento face aos 3,5% alcançados em 2017, mas permanecendo, ainda assim, acima dos acréscimos de 1,9% e de 2,0% observados na área do Euro e na União Europeia (UE28), respetivamente. A desaceleração do ritmo de crescimento da economia portuguesa em 2018 decorreu essencialmente do abrandamento do investimento e das exportações, ainda que ambas as variáveis tenham registado aumentos acima dos 4%. Já no segundo trimestre de 2019, o crescimento homólogo do PIBpm situou-se nos 1,9%, abaixo dos 2,8% registados no período homólogo e dos 2,1% registados no trimestre anterior.

De acordo com as previsões divulgadas por diferentes instituições nacionais e internacionais, a economia portuguesa deverá manter um ritmo de crescimento entre os 2,0% em 2019 e os 1,7% em 2020, o que compara com um incremento médio de 2,3% observado no período entre 2016 e 2018. Segundo as diferentes previsões, a dinâmica crescente do PIBpm assentará numa evolução favorável da procura interna e do investimento. De modo idêntico ao que tem vindo a acontecer, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB estará associado ao dinamismo do consumo privado e à dinâmica da formação bruta de capital fixo, designadamente da sua componente empresarial. O aumento do consumo privado em 2019 estará associado à evolução favorável do rendimento disponível das famílias, refletindo tanto o aumento do emprego como o dos salários nominais, incluindo o aumento do SMN e das prestações sociais.

**Tabela 1 - Projeções macroeconómicas, 2019-2020**

Portugal	Projeto de Plano Orçamental		CE, Outono 2019		FMI		Banco de Portugal	
	2019	2020	2019 <sup>(p)</sup>	2020 <sup>(p)</sup>	2019 <sup>(p)</sup>	2020 <sup>(p)</sup>	2019 <sup>(p)</sup>	2020 <sup>(p)</sup>
<b>PIB, componentes da despesa (var. real em %) e contributos</b>								
PIB	1,9	2,0	2,0	1,7	1,7	1,5	2,0	1,6
Investimento	8,2	5,0	6,5	4,8	7,0	4,1	7,2	5,8
Contributos para o crescimento do PIB								
Procura interna (p.p.)	3,0	2,4	2,8	2,3	2,7	2,0	1,3	1,1
Procura externa (p.p.)	-1,0	-0,1	-0,8	-0,6	-1,1	-0,4	0,4	0,5
<b>Preços</b>								
IPC	0,8	1,6	0,3	1,1	1,1	1,5	0,4	1,2
<b>Mercado de Trabalho</b>								
Emprego (taxa de variação %)	1,1	0,7	1,0	0,5	1,4	1,0	0,9	0,8
Taxa Desemprego (%)	6,3	5,9	6,3	5,9	6,2	5,7	6,4	5,7

**Fontes:** Ministério da Finanças (outubro de 2019), Previsões de Outono da Comissão Europeia (novembro de 2019), Fundo Monetário Internacional (julho de 2019), Banco de Portugal (junho e outubro de 2019)

**Notas:** (p) - projeção; (e) – estimativa; (p.p.) – pontos percentuais

A evolução do emprego manteve-se consistente com as tendências de crescimento da economia, registando aliás, um ritmo mais acelerado do que o do PIB. De facto, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego (INE-IE), o crescimento do emprego em Portugal chegou aos 2,3% em 2018, o segundo crescimento mais elevado da série iniciada em 1998, ultrapassado apenas pelos 3,3% registados em 2017. De acordo com os

<sup>1</sup> Base de 2016

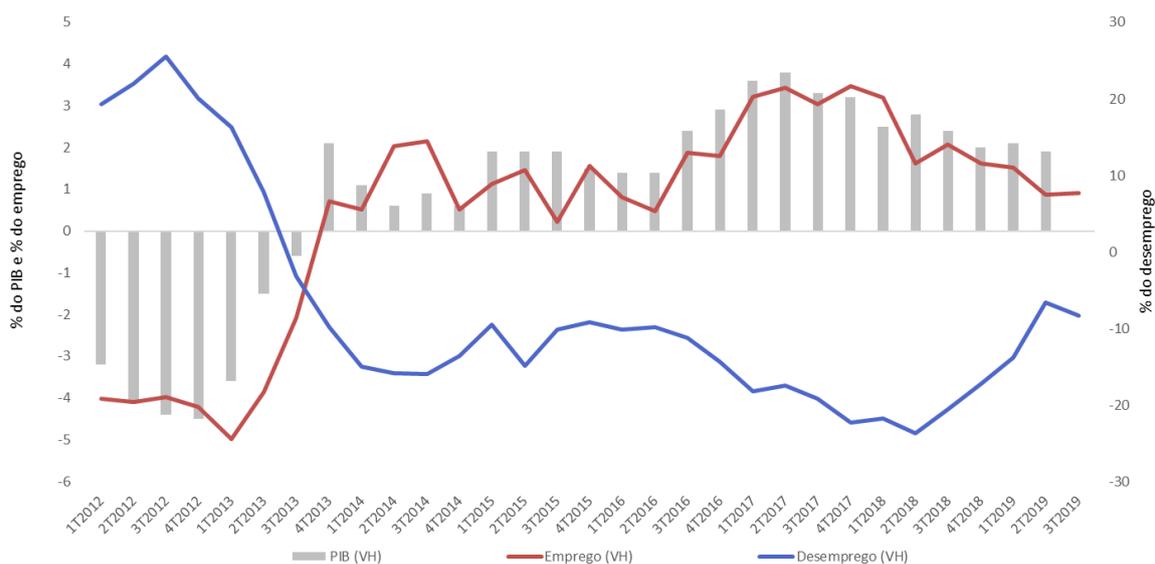
últimos dados disponíveis, no terceiro trimestre de 2019, o emprego cresceu 0,9% face ao período homólogo de 2018 (+45 mil), tendo abrangido 4 947,8 mil pessoas.

Para o ano 2019 e seguintes, as previsões disponíveis antecipam um cenário de continuidade no aumento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, traduzindo quer a fase atual do ciclo económico, quer a redução da reserva da mão-de-obra disponível. Dito isto, as previsões apontam para uma diminuição do número de desempregados em Portugal, mas também para uma tendência de recuperação da população ativa, sendo que o perfil de evolução dos indicadores de subutilização do trabalho sugere a existência de margem para a integração no mercado de trabalho de pessoas que se encontram em situação de desemprego ou de inatividade.

Por sua vez, a taxa de desemprego ficou nos 7,0% em 2018, abaixo da média de 8,2% registada na Área do Euro e ligeiramente acima dos 6,8% registados na média da UE28. Já no terceiro trimestre de 2019, a taxa de desemprego desceu para os 6,1%, representando um decréscimo de 0,6 p.p. face ao valor observado no mesmo trimestre de 2018 (6,7%).

A trajetória de redução da taxa de desemprego deverá manter-se, ainda que a um ritmo mais moderado do que o observado nos últimos anos, de acordo com as previsões conhecidas, sendo que, para 2019, o Programa de Estabilidade 2019-2023 prevê uma taxa de desemprego de 6,6%, e as estimativas da Comissão Europeia apontam para 6,3%, prevendo-se que o desemprego em Portugal se situe abaixo das médias da Área do Euro (7,6%) e ao mesmo nível da média da U28 (6,3%).

**Figura 1 - Variações homólogas do PIB, Emprego e Desemprego em Portugal, 2012-2019 (%)**

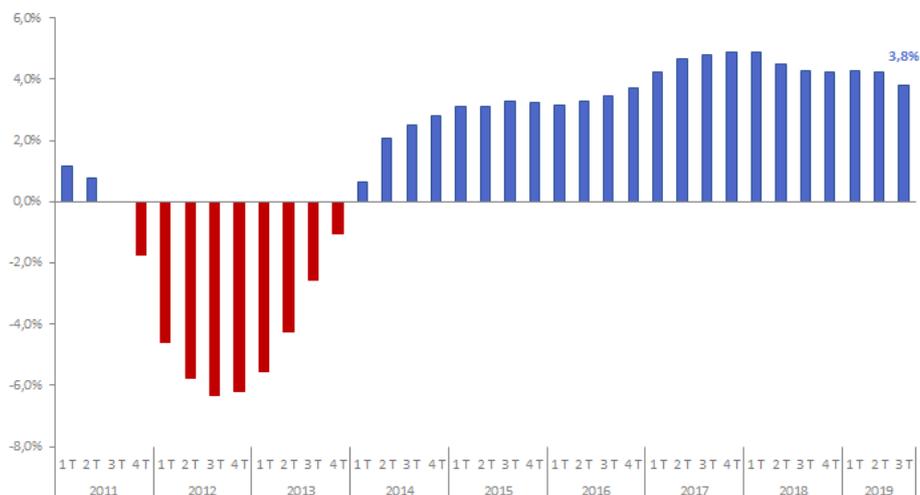


Fonte: INE, Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego

De acordo com a informação mais recente apurada a partir das *Declarações de Remuneração à Segurança social* (DRSS), o emprego em Portugal terá alcançado um crescimento homólogo de 3,8% no 3.º trimestre de

2019, no correspondente a mais 136,2 mil trabalhadores (TCO<sup>2</sup> e MOE<sup>3</sup>) e perfazendo um total de 3 727,0 mil pessoas com remuneração declarada à Segurança Social (e que inclui, neste caso, todas as naturezas).

**Figura 2 - Variações homólogas do emprego em Portugal, 2011-2019 (%)**

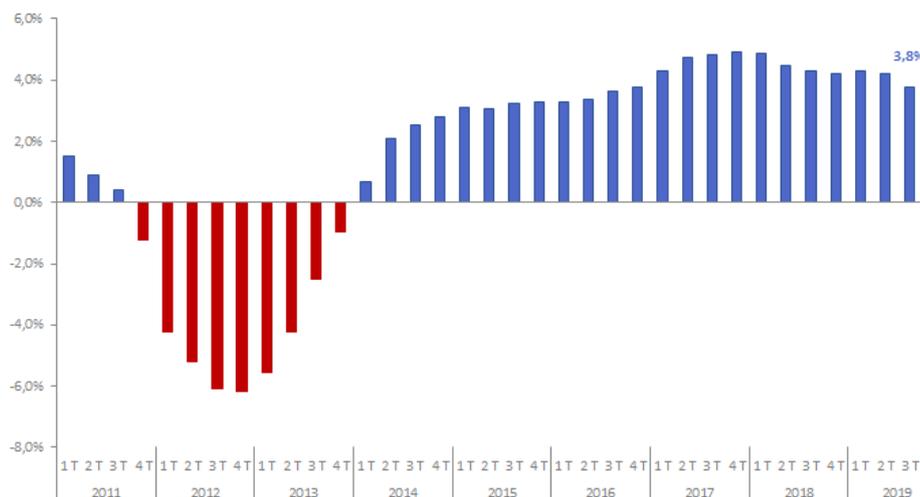


Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS); cálculos do MTSSS, GEP

Notas: Dados sujeitos a alterações

Considerando apenas a informação referente às pessoas com remuneração permanente que trabalham em estabelecimentos do Continente, território de referência para a análise relativa aos impactos da atualização do SMN ao longo dos últimos quatro anos, o crescimento homólogo do emprego chegou aos 3,8% no 3.º trimestre de 2019, fixando-se nos 3,9% para os homens e nos 3,6% para as mulheres.

**Figura 3 - Variações homólogas do emprego em Portugal Continental, 2011-2019 (%)**



Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS); cálculos do MTSSS, GEP

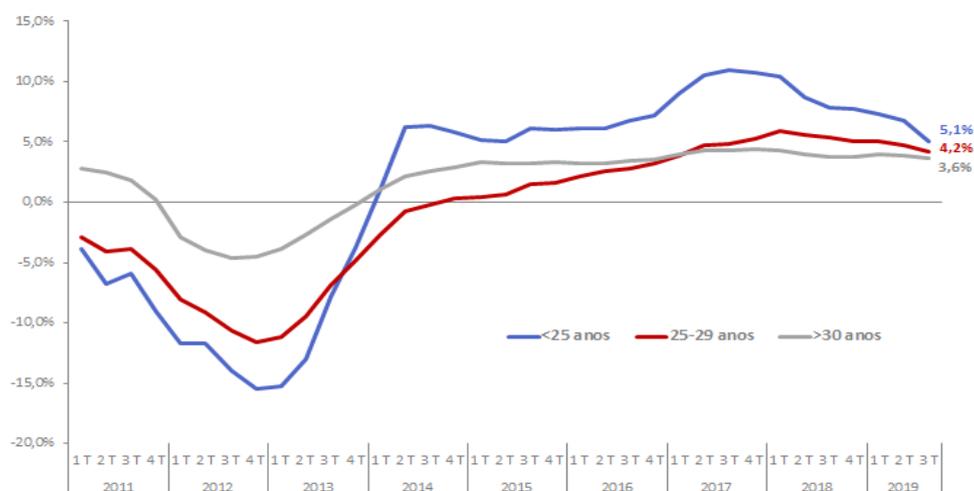
Notas: Dados sujeitos a alterações

<sup>2</sup> Trabalhadores por conta de outrem

<sup>3</sup> Membros dos Órgãos Estatutários

No 3.º trimestre de 2019, e em linha com a tendência que tem vindo a observar-se nos últimos anos<sup>4</sup>, o emprego dos jovens com menos de 25 anos foi o que registou uma taxa de crescimento mais acentuada, alcançando os 5,1% (+13,8 mil), acompanhado pelo aumento de 4,2% do emprego das pessoas com idades compreendidas entre os 25 e os 30 (+15,8 mil) e pelo crescimento de 3,6% do emprego das pessoas com mais de 30 anos (+100,9 mil).

**Figura 4 - Variações homólogas do emprego em Portugal Continental, por grupo etário, 2011-2019 (%)**



Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP

Notas: Dados sujeitos a alterações

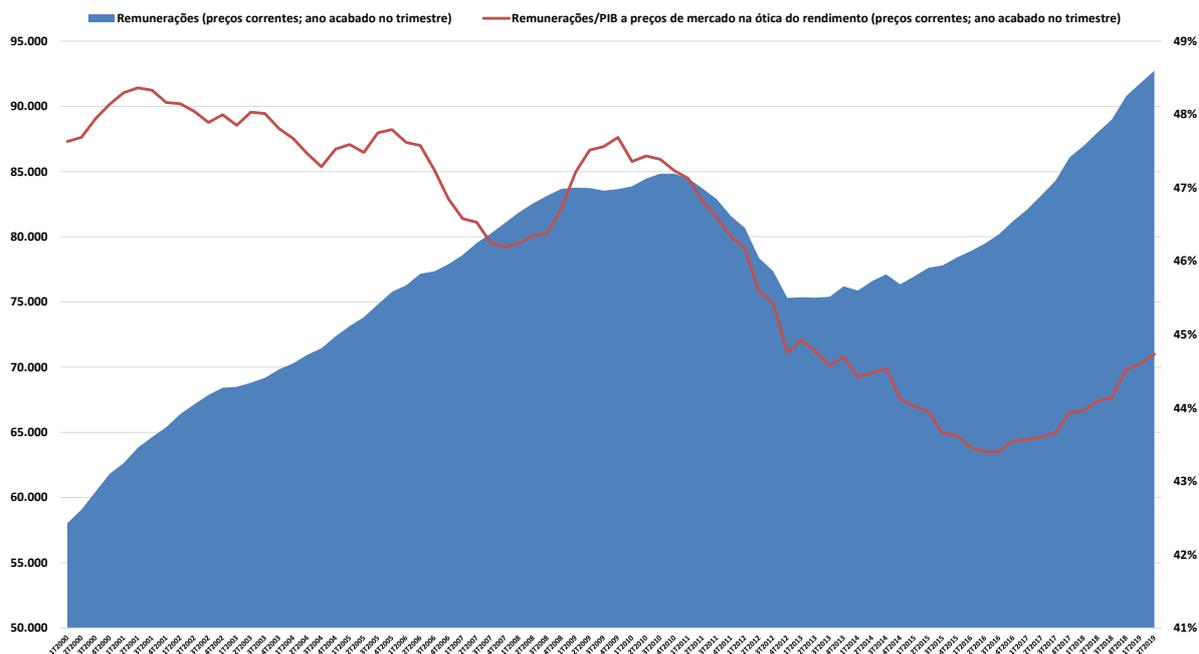
## 2. Salários e remunerações

A evolução das remunerações dos trabalhadores pode ser aferida através de indicadores distintos e de fontes diversas, nomeadamente a partir dos dados das Contas Nacionais (CN), dos dados recolhidos no âmbito dos Quadros de Pessoal (QP) e das DRSS.

Os dados das CN proporcionam uma visão de banda larga acerca da evolução dos salários em Portugal, permitindo situar o peso relativo das remunerações do trabalho no PIB desde o início do século XXI. De acordo com esta fonte, e ainda que a partir do início de 2016 este indicador tenha vindo a recuperar, aproximando-se dos 45% no 2.º trimestre de 2019 (+1,3 p.p. face ao início de 2016), é significativo que a parte do trabalho no PIB tenha decrescido de valores na ordem dos 48% no início dos anos 2000 para valores inferiores a 45% em menos de duas décadas.

<sup>4</sup> Com base nos dados da DRSS.

**Figura 5 - Evolução das remunerações e do peso relativo das remunerações no PIB em Portugal, 2000-2019**



Fonte: INE, Contas Nacionais

Por outro lado, a partir dos dados dos QP, cujo tratamento estatístico é elaborado pelo GEP-MTSSS, é possível analisar o comportamento da remuneração média mensal (base e ganho) dos TCO<sup>5</sup> para o período 2011-2017. Ao longo deste período, a remuneração mensal de base teve um crescimento de 4,1%, mais elevado para as mulheres (6,5%) do que para os homens (2,7%) e o ganho médio mensal cresceu 4,5%, também com um acréscimo mais significativo para as mulheres (+6,8%) do que para os homens (+3,4%).

Já a mediana da remuneração média mensal base teve um crescimento mais moderado, na ordem dos 2,8%, sendo que a mediana do ganho médio mensal, contudo, registou um crescimento dos 5,9%.

**Tabela 2 - Evolução da remuneração mensal de base e ganho em Portugal, 2011-2017**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>remuneração mensal base (euros)</b>							
média	903,50 €	912,43 €	909,61 €	906,85 €	911,17 €	922,23 €	940,17 €
homens	981,95 €	996,57 €	990,45 €	981,65 €	986,51 €	993,96 €	1.008,67 €
mulheres	806,51 €	812,80 €	814,62 €	818,52 €	823,16 €	838,40 €	859,21 €
mediana	641,93 €	641,93 €	641,93 €	641,93 €	650,00 €	650,00 €	660,00 €
<b>ganho mensal (euros)</b>							
médio	1.082,26 €	1.093,20 €	1.091,30 €	1.090,56 €	1.094,13 €	1.105,57 €	1.130,79 €
homens	1.193,25 €	1.209,94 €	1.205,83 €	1.199,82 €	1.204,38 €	1.212,15 €	1.233,48 €
mulheres	945,05 €	954,95 €	956,74 €	961,56 €	965,34 €	980,99 €	1.009,42 €
mediano	775,75 €	783,30 €	785,24 €	786,50 €	789,94 €	799,67 €	822,10 €
TCO (cálculo remunerações (1) (2))	2.124.434	1.989.356	1.965.514	2.001.583	2.065.599	2.133.382	2.214.698

Fonte: GEP-MTSSS, Quadros de Pessoal

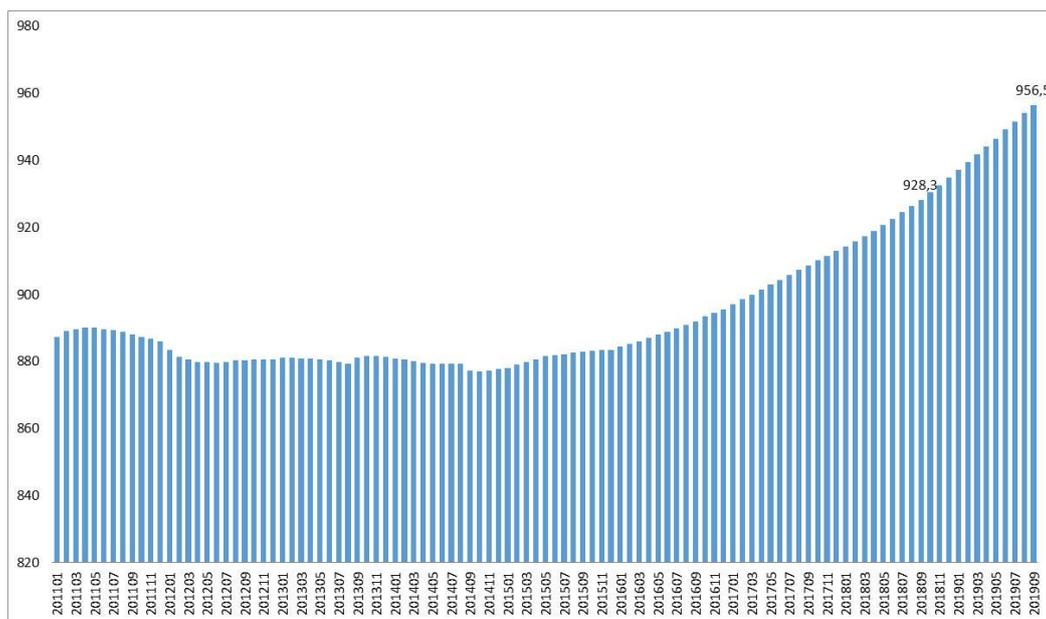
Notas: (1) (2) de entre os trabalhadores por conta de outra de outrem (TCO) a tempo completo, que auferiam remuneração completa no período de referência (outubro), considerados para o cálculo da remuneração base e ganho mensais, médias e medianas.

<sup>5</sup> Os valores aqui considerados são os relativos aos TCO a tempo completo, que auferiam remuneração completa no período de referência (outubro).

Por sua vez, os dados apurados a partir das DRSS permitem analisar a evolução das remunerações dos trabalhadores com remuneração declarada à Segurança Social, sendo que, neste âmbito, se considera o período temporal compreendido entre janeiro de 2010 e setembro de 2019.

A análise desta série aponta para uma tendência de progressiva melhoria das remunerações a partir do 1.º trimestre de 2015, que viria a intensificar-se ao longo dos anos seguintes, atingindo um valor máximo de € 956,5 em setembro de 2019, o que configura um acréscimo de 3,0% em comparação com o mesmo mês de 2018 (média dos últimos 12 meses terminados em setembro).

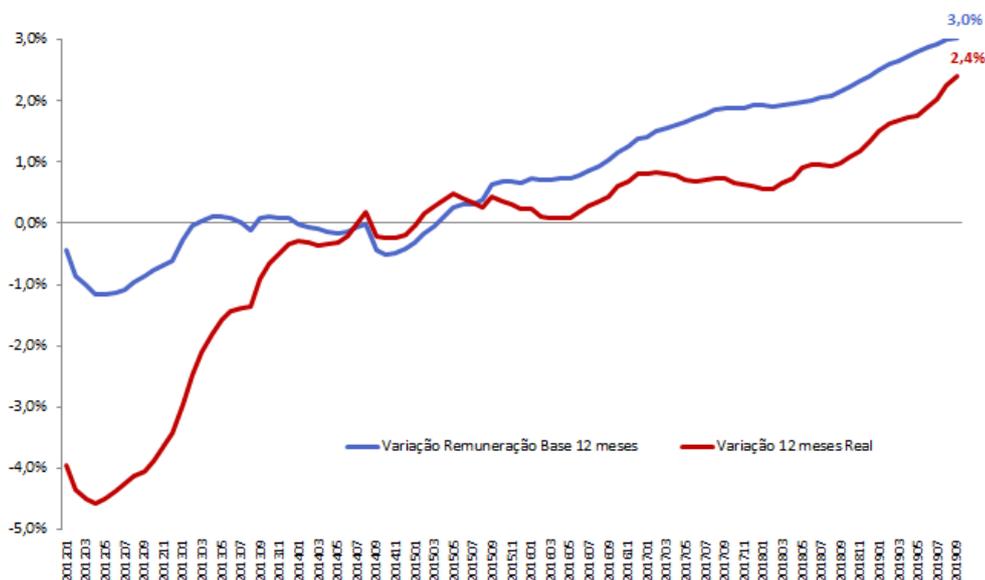
**Figura 6 - Evolução da remuneração média de base mensal (euros) em Portugal | 2011-2019**



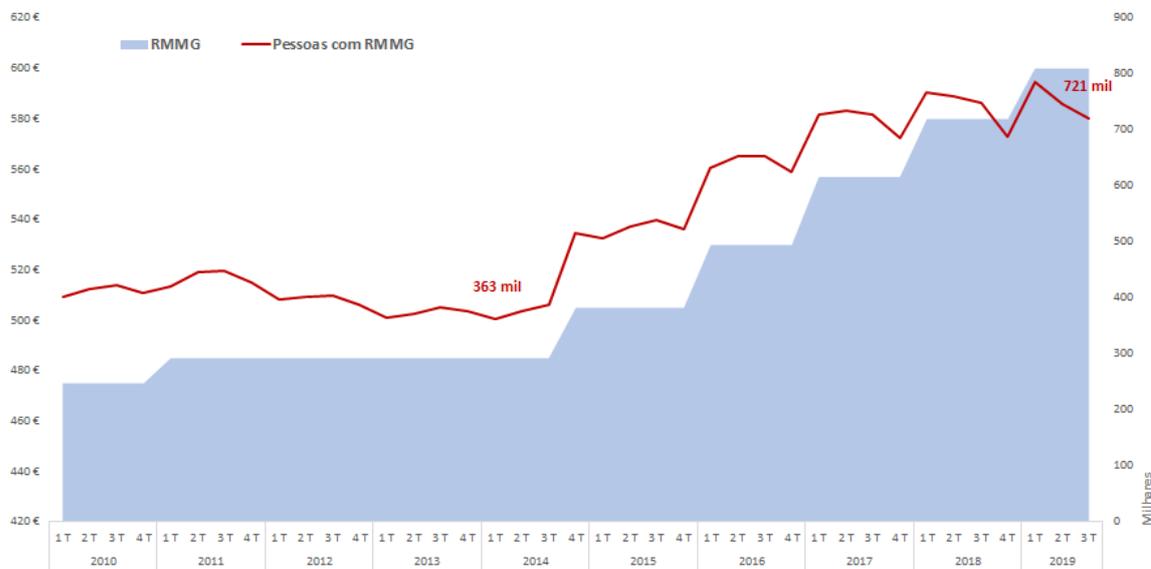
**Fonte:** MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP  
**Notas:** Dados sujeitos a alterações

Da análise das variações nominais e reais da remuneração base a 12 meses ao longo deste período resulta que, numa primeira fase, entre o início de 2012 e até finais de 2013, ocorreram sucessivas variações negativas, reais e nominais, das remunerações, que chegaram a uma desvalorização real de 4,5% em abril de 2012, sendo que, numa segunda fase, após meados de 2015, esta tendência alterou-se, passando as remunerações base a registar variações positivas, ainda que muito reduzidas. Com efeito, só a partir do final de 2018 é que o crescimento real das remunerações passou a estar acima dos 1%, sendo que, em setembro de 2019, a remuneração base a 12 meses terá registado um acréscimo nominal de 3,0%, o aumento mais elevado da série, que se traduziu num acréscimo de 2,4% do poder de compra dos trabalhadores, em termos médios.

**Figura 7 - Variação da remuneração média de base mensal em Portugal**



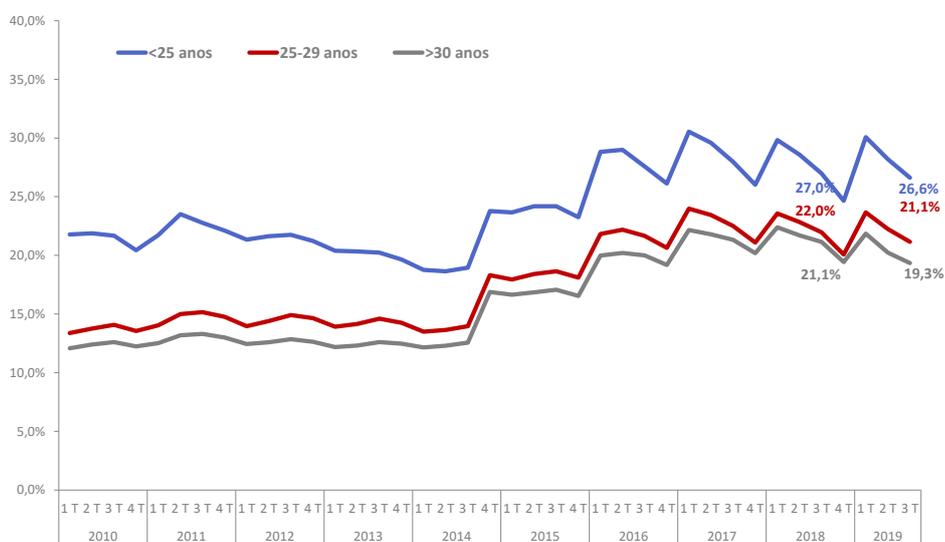
**Figura 8 - Evolução do salário mínimo nacional e do número de trabalhadores abrangidos em Portugal Continental, 2010-2019**



Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS): cálculos do MTSSS, GEP  
 Notas: Dados sujeitos a alterações

A análise da proporção de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo por grupo etário revela que, entre os jovens com menos de 25 anos, a proporção de trabalhadores com salários iguais ao SMN no 3.º trimestre de 2019 se manteve próxima dos 27%, ainda que diminuindo, verificando-se tendência idêntica no segmento dos jovens adultos (25-29 anos), onde a proporção de trabalhadores abrangidos pelo SMN rondou os 21,1%. Já nos trabalhadores com mais de 30 anos, que representavam, no 3.º trimestre de 2019 cerca de 77,8% dos trabalhadores com remuneração declarada igual ao SMN, registou-se igualmente uma quebra de 1,8 p.p., de 21,1% para 19,3%).

**Figura 9 - Evolução do emprego com remuneração igual ao salário mínimo nacional em Portugal Continental, por grupo etário (%)**



Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP  
 Notas: Dados sujeitos a alterações

De acordo com os dados das DRSS, entre 2010 e setembro de 2014, a proporção de trabalhadores com remuneração igual ao SMN situou-se entre os 13% e os 14%, sendo que, em outubro de 2014, com o aumento do salário mínimo de € 485 para € 505, o peso relativo de trabalhadores abrangidos pelo SMN aumentou para 17,2% (+4,3 p.p. do que no período de janeiro a setembro desse ano), mantendo-se próximo desse valor até ao final do ano.

Por outro lado, a atualização do valor do SMN em janeiro de 2016 fez aumentar a proporção de trabalhadores abrangidos para 20,6% (+3,4 p.p. do que em 2015), sendo que, da comparação entre os anos de 2016 e de 2017, resulta um aumento de 1,5 p.p. do peso relativo de trabalhadores com remunerações iguais ao SMN, de 20,6% para 22,0%. Assim, o acréscimo registado em 2017 representa cerca de metade dos acréscimos anuais observados em anos anteriores, sendo que, em 2018, observou-se, pela primeira vez, uma quebra na percentagem de trabalhadores abrangidos pelo SMN relativamente ao ano anterior (-0,3 p.p.), apesar do aumento do valor do salário mínimo.

Já nos primeiros nove meses de 2019, depois da atualização do SMN para € 600, a proporção de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo fixou-se nos 21,3%, com um decréscimo de 1,1 p.p. face ao período homólogo de 2018 e de 1,2 p.p. face a igual período de 2017. Estes dados contrastam com as tendências observadas em anos anteriores, sendo que, no primeiro trimestre do ano, foi a primeira vez que se observou uma descida da incidência da RMMG, após uma atualização do seu valor.

**Tabela 3 - Distribuição dos trabalhadores por escalão de remuneração em Portugal Continental, por ano e período acumulado (até setembro), 2010-2019**

		RMMG (€)	p<RMMG	p=RMMG	p>RMMG
ano	2010	475	8,4%	13,2%	78,4%
	2011	485	7,9%	13,9%	78,2%
	2012	485	7,4%	13,5%	79,2%
	2013	485	7,4%	13,1%	79,5%
	2014	485/505	7,7%	14,1%	78,2%
	2015	505	8,1%	17,4%	74,5%
	2016	530	7,6%	20,6%	71,8%
	2017	557	7,8%	22,0%	70,2%
	2018	580	7,8%	21,7%	70,5%
janeiro a setembro	2010	475	8,5%	13,3%	78,2%
	2011	485	8,0%	13,9%	78,1%
	2012	485	7,4%	13,5%	79,2%
	2013	485	7,3%	13,1%	79,6%
	2014	485/505	7,3%	12,9%	79,8%
	2015	505	8,2%	17,5%	74,3%
	2016	530	7,7%	20,8%	71,5%
	2017	557	7,9%	22,5%	69,7%
	2018	580	7,8%	22,4%	69,9%
	2019	600	7,8%	21,3%	71,0%

Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP

Notas: Dados sujeitos a alterações

**Tabela 4 - Distribuição dos trabalhadores por escalão de remuneração em Portugal Continental, por trimestre, 2010-2019**

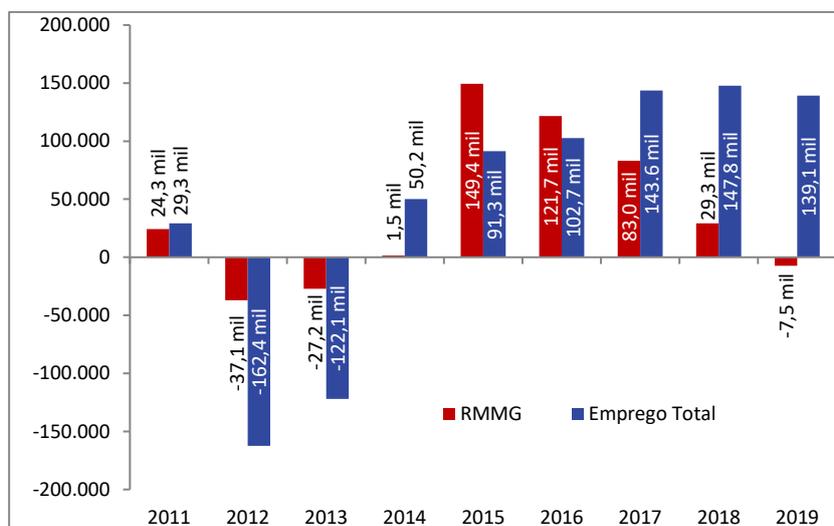
		RMMG (€)	p<RMMG	p=RMMG	p>RMMG
2010	1.º trim.	475	9,5%	13,0%	77,4%
	2.º trim.	475	8,3%	13,3%	78,4%
	3.º trim.	475	7,7%	13,5%	78,7%
	4.º trim.	475	8,0%	13,1%	79,0%
2011	1.º trim.	485	8,6%	13,4%	78,0%
	2.º trim.	485	7,9%	14,2%	77,9%
	3.º trim.	485	7,5%	14,3%	78,3%
	4.º trim.	485	7,6%	13,9%	78,5%
2012	1.º trim.	485	7,5%	13,3%	79,2%
	2.º trim.	485	7,4%	13,4%	79,2%
	3.º trim.	485	7,1%	13,7%	79,1%
	4.º trim.	485	7,5%	13,4%	79,1%
2013	1.º trim.	485	7,3%	12,9%	79,8%
	2.º trim.	485	7,3%	13,0%	79,6%
	3.º trim.	485	7,3%	13,3%	79,4%
	4.º trim.	485	7,5%	13,1%	79,4%
2014	1.º trim.	485	7,4%	12,7%	79,9%
	2.º trim.	485	7,3%	12,9%	79,9%
	3.º trim.	485	7,1%	13,1%	79,7%
	4.º trim.	505	9,0%	17,5%	73,5%
2015	1.º trim.	505	8,5%	17,2%	74,2%
	2.º trim.	505	8,2%	17,5%	74,3%
	3.º trim.	505	7,9%	17,7%	74,4%
	4.º trim.	505	7,8%	17,2%	75,1%
2016	1.º trim.	530	8,3%	20,8%	71,0%
	2.º trim.	530	7,5%	21,0%	71,5%
	3.º trim.	530	7,3%	20,7%	71,9%
	4.º trim.	530	7,4%	19,8%	72,8%
2017	1.º trim.	557	8,3%	22,9%	68,7%
	2.º trim.	557	7,7%	22,5%	69,8%
	3.º trim.	557	7,5%	22,0%	70,5%
	4.º trim.	557	7,6%	20,7%	71,7%
2018	1.º trim.	580	8,2%	23,1%	68,8%
	2.º trim.	580	7,7%	22,3%	70,0%
	3.º trim.	580	7,5%	21,7%	70,8%
	4.º trim.	580	7,6%	19,9%	72,5%
2019	1.º trim.	600	8,2%	22,7%	69,1%
	2.º trim.	600	7,6%	21,1%	71,3%
	3.º trim.	600	7,4%	20,1%	72,5%

Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP

Notas: Dados sujeitos a alterações

Nos primeiros nove meses de cada ano, no período mais recente com criação mais significativa de emprego, tem vindo a reduzir-se progressivamente o peso relativo dos trabalhadores com remuneração igual ao SMN no total do emprego criado. Em termos absolutos, a criação líquida de emprego, face a igual período do ano anterior, foi de 139,1 mil empregos, sendo se reduziram em 7,5 mil os que tinham remuneração idêntica ao SMN.

**Figura 10 - Variação do emprego total e do emprego com salário idêntico ao SMN em Portugal Continental, média dos meses de janeiro a setembro, 2011-2019**



**Fonte:** MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS, GEP  
**Notas:** Dados sujeitos a alterações

O peso relativo das remunerações permanentes dos trabalhadores abrangidos pelo SMN no total da massa salarial tende também a aumentar na sequência da atualização do salário mínimo, sendo que, entre janeiro de 2010 e setembro de 2014 (período em que não houve atualizações do SMN), a estrutura manteve-se estável, com o peso relativo das remunerações iguais ao SMN a rondar os 6%, ao passo que, depois da atualização do SMN para € 505, em outubro de 2014, este limiar subiu para os 7,6% em 2015 (+2,0 p.p. face ao período de janeiro a setembro de 2014).

A atualização do SMN para € 530, introduzida em janeiro de 2016, teve um impacto menor, fazendo aumentar o peso relativo dos salários iguais ao mínimo para cerca de 9,3% da massa salarial (+1,7 p.p. face a 2015), tendência aprofundada em 2017, quando o SMN foi aumentado para € 557 e o peso relativo da massa salarial dos trabalhadores abrangidos pelo SMN passou para 10,2%, com um aumento de apenas 0,9 p.p. face a 2016. Em 2018, não obstante o aumento do SMN para € 580, o peso das remunerações dos trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo manteve-se inalterado nos 10,2%, sendo que nos primeiros nove meses de 2019 viria mesmo a verificar-se uma descida de 0,5 p.p. deste indicador, na comparação homóloga.

**Tabela 5 - Peso relativo da remuneração base dos trabalhadores abrangidos pelo Salário Mínimo Nacional em Portugal Continental, por ano e período acumulado (até setembro), 2010-2019**

	RMMG (€)	p<RMMG	p=RMMG	
ano	2010	475	2,5%	5,8%
	2011	485	2,4%	6,0%
	2012	485	2,2%	5,8%
	2013	485	2,1%	5,6%
	2014	485/505	2,3%	6,1%
	2015	505	2,5%	7,6%
	2016	530	2,5%	9,3%
	2017	557	2,7%	10,2%
	2018	580	2,7%	10,2%
janeiro a setembro	2010	475	2,7%	6,1%
	2011	485	2,5%	6,3%
	2012	485	2,3%	6,1%
	2013	485	2,2%	5,7%
	2014	485/505	2,2%	5,7%
	2015	505	2,6%	7,9%
	2016	530	2,6%	9,7%
	2017	557	2,8%	10,8%
	2018	580	2,8%	10,9%
2019	600	2,8%	10,4%	

**Fonte:** MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS,GEP

**Notas:** Dados sujeitos a alterações

**Tabela 6 - Peso relativo da remuneração base dos trabalhadores abrangidos pelo Salário Mínimo Nacional em Portugal Continental, por trimestre, 2010-2019**

		RMMG (€)	p<RMMG	p=RMMG
2010	1.º trim.	475	3,3%	6,4%
	2.º trim.	475	2,5%	5,9%
	3.º trim.	475	2,3%	6,0%
	4.º trim.	475	2,1%	5,1%
2011	1.º trim.	485	2,9%	6,4%
	2.º trim.	485	2,4%	6,2%
	3.º trim.	485	2,3%	6,3%
	4.º trim.	485	2,0%	5,3%
2012	1.º trim.	485	2,4%	6,3%
	2.º trim.	485	2,2%	5,9%
	3.º trim.	485	2,1%	6,0%
	4.º trim.	485	2,0%	5,2%
2013	1.º trim.	485	2,3%	5,9%
	2.º trim.	485	2,2%	5,6%
	3.º trim.	485	2,1%	5,7%
	4.º trim.	485	2,0%	5,1%
2014	1.º trim.	485	2,3%	5,8%
	2.º trim.	485	2,1%	5,5%
	3.º trim.	485	2,1%	5,7%
	4.º trim.	505	2,7%	7,1%
2015	1.º trim.	505	2,9%	8,1%
	2.º trim.	505	2,5%	7,7%
	3.º trim.	505	2,5%	7,9%
	4.º trim.	505	2,2%	6,9%
2016	1.º trim.	530	2,9%	10,1%
	2.º trim.	530	2,4%	9,5%
	3.º trim.	530	2,5%	9,5%
	4.º trim.	530	2,2%	8,2%
2017	1.º trim.	557	3,2%	11,5%
	2.º trim.	557	2,7%	10,4%
	3.º trim.	557	2,7%	10,4%
	4.º trim.	557	2,4%	8,7%
2018	1.º trim.	580	3,2%	11,9%
	2.º trim.	580	2,7%	10,5%
	3.º trim.	580	2,7%	10,4%
	4.º trim.	580	2,4%	8,3%
2019	1.º trim.	600	3,2%	11,7%
	2.º trim.	600	2,7%	9,9%
	3.º trim.	600	2,7%	9,7%

Fonte: MTSSS, Instituto de Informática, IP (com base nas DRSS) e cálculos do MTSSS,GEP

Notas: Dados sujeitos a alterações